

Tipo de edificação	Produção diária média
<b>Hospitalares:</b>	
Hospitais e similares . . . . .	18,0 litro/cama, equiparado a RSU.
Postos médicos, consultórios e polí-clínicas.	1,0 litro/ m <sup>2</sup> área útil, equiparado a RSU.
Clínicas veterinárias. . . . .	1,0 litro/ m <sup>2</sup> área útil, equiparado a RSU.
<b>Educacionais:</b>	
Creches e Infantários . . . . .	2,5 litro/ m <sup>2</sup> de área útil.
Escolas de Ensino Básico. . . . .	0,3 litro/ m <sup>2</sup> de área útil.
Escolas de Ensino Básico. . . . .	2,5 litro/ m <sup>2</sup> de área útil.
Estabelecimento de Ensino Superior.	4,0 litro/ m <sup>2</sup> de área útil.

310783688

## MUNICÍPIO DO PORTO

### Aviso n.º 12570/2017

#### Procedimentos concursais comuns para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira de Técnico Superior.

##### Alteração da composição de Júris

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 e 3 do artigo 20.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, torna-se público que, por despacho da Sr.ª Diretora Municipal de Recursos Humanos, Dr.ª Maria Emília Preto Galego, de 29.09.2017, com competência delegada datada de 06-09-2017, foi alterada a composição de Júris dos seguintes procedimentos concursais publicados através do Aviso de abertura n.º 8638/2017, publicado no *Diário da República* n.º 148, 2.ª série, de 02.08.2017:

1 — Ref. 34) Um posto de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior, para o Departamento Municipal de Educação, área funcional Assessoria e Gestão, passa a ser a seguinte:

Presidente: Maria Emília Preto Galego, Diretora Municipal

Vogais efetivos: Ana Maria Magalhães, Diretora de Departamento que substitui a Presidente nas suas faltas e impedimentos e Ibraim Silva Torres, Técnico Superior.

Vogais Suplentes: Sónia Maria Pimenta Cerqueira, Diretora de Departamento e Ana Rita Loureiro Ramos e Gomes da Fonseca, Chefe de Divisão.

2 — Ref. 35) Um posto de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior, para o Departamento Municipal de Educação, área funcional Infraestruturas Escolares, passa a ser a seguinte:

Presidente: Maria Emília Preto Galego, Diretora Municipal

Vogais efetivos: Ana Maria Magalhães, Diretora de Departamento que substitui a Presidente nas suas faltas e impedimentos e Aníbal António Caldas Lousa, Técnico Superior.

Vogais Suplentes: Sónia Maria Pimenta Cerqueira, Diretora de Departamento e Ana Rita Loureiro Ramos e Gomes da Fonseca, Chefe de Divisão.

12 de outubro de 2017. — A Diretora de Departamento Municipal de Recursos Humanos, *Sónia Cerqueira*.

310844129

#### Declaração de Retificação n.º 716/2017

Nos termos do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo na sua atual redação, retificam-se os seguintes pontos do Aviso n.º 8638/2017, publicado no *Diário da República*, n.º 148, 2.ª série, de 02.08.2017, respeitantes à Ref.ª 35):

Assim, onde se lê:

«14.7.1 — Legislação geral comum:

[...] Ref.ª 35): Constituição da República Portuguesa; Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro — Código do Procedimento Admi-

nistrativo; Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — modernização administrativa; Lei n.º 35/2014, de 20 de junho — Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual — Código do Trabalho; Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro — Regime Jurídico das Autarquias Locais; Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro — Orçamento de Estado para 2017.»

deve ler-se:

«14.7.1 — Legislação geral comum:

[...] Ref.ª 35): Constituição da República Portuguesa; Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro — Código do Procedimento Administrativo; Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio — modernização administrativa; Lei n.º 35/2014, de 20 de junho — Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual — Código do Trabalho; Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro — Regime Jurídico das Autarquias Locais; Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro — Orçamento do Estado para 2017.»

Assim, onde se lê:

«14.7.2 — Legislação/Bibliografia específica:

[...] Ref.ª 35): Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, com as alterações do Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho — condições de aplicação das medidas de ação social escolar. Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março — Regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da Ação Social Escolar. Decreto-Lei n.º 169/2015, de 24 de agosto — constituição de parcerias para a concretização das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto — oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC). Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, com as alterações Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio — competências, composição e funcionamento dos conselhos municipais de educação. Lei n.º 41/2016, de 28 de dezembro — Grandes Opções do Plano para 2017. Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho — Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro — Lei quadro da educação pré-escolar. Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho — Quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, na sua atual redação. Portaria n.º 375/2015, de 20 de outubro — Regime de ajuda para a distribuição às crianças de frutas e legumes, de frutas e legumes transformados e produtos derivados de bananas. Regulamento (CE) n.º 1234/2007, do Conselho, de 22 de outubro, e Regulamento (CE) n.º 288/2009, da Comissão, de 7 de abril, alterado pelos Regulamentos (UE) n.º 34/2011, de 18 de janeiro, n.º 1208/2011, de 22 de novembro, n.º 30/2013, de 17 de janeiro, n.º 1216/2013, de 28 de novembro, n.º 221/2014, de 7 de março, e n.º 500/2014, de 11 de março, — regime de ajuda para a distribuição às crianças de frutas e legumes, de frutas e legumes transformados e produtos derivados de bananas. Lei n.º 46/86, de 14 de outubro — Lei de Bases do Sistema Educativo, alterada pela Lei n.º 85/2009 de 27 de agosto, na sua atual redação. Decreto-Lei n.º 3/2008, 07 de janeiro, alterado pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio — Apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos setores público, particular e cooperativo.

Bibliografia/publicações: ESCOLA PARA TODOS — Igualdade, Diversidade e Autonomia — Universidade Católica Editora. Porto-Coleção. e-book -Organização: Joaquim Machado | José Matias Alves -Tema: Educação -Coleção: Digital -Ano: 2014; MUNICÍPIO, TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO? A administração local da educação e da formação — Universidade Católica Editora. Porto -Coleção. e-book -Coordenação: José Reis Lagarto | Hermínia Marques -Tema: Educação — Coleção: Digital — Ano: 2014K; MELHORAR A ESCOLA — Sucesso Escolar, Disciplina, Motivação, Direção de Escolas e Políticas Educativas — Universidade Católica Editora. Porto — Coleção. e-book — Organização: Joaquim Machado | José Matias Alves — Tema: Educação

Coleção: Digital — Ano: 2014; PROFESSORES, ESCOLA E MUNICÍPIO — Formar, Conhecer e Desenvolver do ensinar e do aprender — Universidade Católica Editora. Porto — Coleção. e-book — Coordenadores: Joaquim Machado e José Matias Alves — Tema: Educação — Coleção: Digital — Ano: 2015»

deve ler-se:

«14.7.2 — Legislação/Bibliografia específica:

[...] Ref.ª 35): Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) — Decreto-Lei n.º 38382/51, de 7 de agosto; Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) — Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação (Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro); Condições de acessibilidade no projeto e na construção — Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto; Método de avaliação do estado de conservação de imóveis. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Lisboa: LNEC, 2007.»

11 de outubro de 2017. — A Diretora de Departamento Municipal de Recursos Humanos, *Sónia Cerqueira*.

310844178

## MUNICÍPIO DE SALVATERRA DE MAGOS

### Aviso n.º 12571/2017

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que o trabalhador Licínio Castro Pereira, assistente operacional, cessou funções com o Município de Salvaterra de Magos, por motivo de falecimento ocorrido a 24 de setembro de 2017.

9 de outubro de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Helder Manuel Esménio*, Eng.º

310839367

## MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO

### Editais n.º 834/2017

#### Delegação de competências na Freguesia de Monte Córdova para a realização da obra denominada “Pavimentação de diversos Arruamentos na freguesia de Monte Córdova”

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, torna público, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 47.º e artigo 159.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo DL n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que na sequência da deliberação da assembleia municipal de 14 de setembro de 2017 (item 14 da respetiva ata), sob proposta da câmara municipal de 7 de setembro de 2017 (item 19) foi celebrado entre o Município de Santo Tirso e a Freguesia de Monte Córdova, no dia 28 de setembro de 2017, o contrato de delegação de competências do município na junta de freguesia que tem por objeto proceder à pavimentação da Rua de Cairos (1.ª fase), pavimentação da Rua das Cercas, pavimentação da Rua das Barreiras (1.ª fase), pavimentação da Rua Nossa Senhora do Socorro, pavimentação da Rua do Piuco, pavimentação da Travessa da Calçada (3.ª fase), pavimentação da Rua do Arraial, pavimentação da Rua Fonte Silva, nas condições que constam do contrato de delegação de competências.

Mais torna público que o referido contrato encontra-se disponível, na íntegra, para consulta, no Edital n.º 168 de 28/09/2017, afixado no edifício da câmara municipal, na sede da junta de freguesia de Monte Córdova, e na Internet, no sítio institucional desta autarquia em [www.cm-stirso.pt](http://www.cm-stirso.pt).

Para constar e devidos efeitos, vai o presente edital ser publicado nos termos legais.

28 de setembro de 2017. — O Presidente, *Dr. Joaquim Couto*.

310836029

### Editais n.º 835/2017

#### Delegação de competências na Junta de Freguesia da União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira para a realização da obra denominada “Construção de valetas na Rua da Liberdade e R. Dr. Augusto Pires de Lima”.

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, torna público, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 47.º e artigo 159.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo DL n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que, na sequência da deliberação da Assembleia Municipal de 14 de setembro de 2017 (item 13 da respetiva ata) foi celebrado entre o Município de Santo Tirso e a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, no dia 29 de setembro, o contrato de delegação de competências que tem por objeto proceder à

construção de valetas na Rua da Liberdade e Rua Dr. Augusto Pires de Lima, nas condições que constam do contrato de delegação de competências.

Mais torna público que o referido contrato encontra-se disponível, na íntegra, para consulta, no Edital n.º 172 de 29/09/2017, afixado no edifício da câmara municipal, na sede da junta de freguesia da União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, e na Internet, no sítio institucional desta autarquia em [www.cm-stirso.pt](http://www.cm-stirso.pt).

Para constar e devidos efeitos, vai o presente edital ser publicado nos termos legais.

29 de setembro de 2017. — O Presidente, *Dr. Joaquim Couto*.

310840079

## MUNICÍPIO DE SEVER DO VOUGA

### Aviso n.º 12572/2017

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sequência da homologação da lista de ordenação final, referente ao procedimento concursal comum para provimento de dois postos de trabalho para Assistente Operacional, torna-se público que foram celebrados os contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os trabalhadores, Joaquim dos Santos Ferreira e Joaquim Marques Correia com vencimento correspondente à 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório I da tabela única do regime geral da carreira e categoria de Assistente Técnico, no valor de 557€, a partir do dia 1 de agosto de 2017.

Torna-se ainda público que o período experimental teve início no dia 11 de setembro de 2017, com a duração de 90 dias, conforme dispõe a alínea *b*) do artigo 49.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

11 de outubro de 2017. — O Presidente da Câmara, *António José Martins Coutinho*.

310840776

### Declaração de Retificação n.º 717/2017

#### Abertura de um procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de vários postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional.

Para os devidos e legais efeitos se torna público que se retifica o aviso n.º 11985/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 193, de 6 de outubro de 2017, por inexatidão da redação do primeiro parágrafo do aviso, por falta de indicação do prazo para apresentação das candidaturas:

Assim onde se lê «se encontram abertos procedimentos concursais comuns, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado» deve ler-se «se encontram abertos, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do aviso no *Diário da República*, procedimentos concursais comuns, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado».

9 de outubro de 2017. — O Presidente da Câmara, *António Coutinho*.

310835073

## MUNICÍPIO DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

### Aviso n.º 12573/2017

#### Procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego público em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho de assistente operacional da carreira geral de assistente operacional — Ref C — Canalizador.

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal identificado em epígrafe, aberto pelo aviso n.º 2636/2017, datado de 22 de fevereiro de 2017 e publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 52, de 14 de março de 2017, homologada por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, de 28 de setembro de 2017:

Candidatos aprovados	Classificação final
1 — João Pedro Monteiro Almeida . . . . .	11,00 Valores